

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2019

Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário Direito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.

Conhec. Gerais / Conhec. Específicos / Disc. Estudo de Caso

Cargo ou opção D04 - ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO

Tipo gabarito 1

001 - B	011 - B	021 - A	031 - A	041 - C	051 - A
002 - C	012 - E	022 - C	032 - E	042 - A	052 - B
003 - A	013 - D	023 - D	033 - E	043 - D	053 - C
004 - E	014 - D	024 - A	034 - C	044 - E	054 - A
005 - D	015 - C	025 - E	035 - C	045 - D	055 - E
006 - B	016 - A	026 - B	036 - D	046 - B	056 - A
007 - E	017 - E	027 - A	037 - C	047 - C	057 - B
008 - A	018 - E	028 - C	038 - B	048 - A	058 - C
009 - B	019 - A	029 - B	039 - E	049 - E	059 - E
010 - C	020 - E	030 - D	040 - B	050 - D	060 - D

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

[Os nomes e os lugares]

É sempre perigoso usar termos geográficos no discurso histórico. É preciso ter muita cautela, pois a cartografia dá um ar de espúria objetividade a termos que, com frequência, talvez geralmente, pertencem à política, ao reino dos programas, mais que à realidade. Historiadores e diplomatas sabem com que frequência a ideologia e a política se fazem passar por fatos. Rios, representados nos mapas por linhas claras, são transformados não apenas em fronteiras entre países, mas fronteiras "naturais". Demarcações linguísticas justificam fronteiras estatais.

A própria escolha dos nomes nos mapas costuma criar para os cartógrafos a necessidade de tomar decisões políticas. Como devem chamar lugares ou características geográficas que já têm vários nomes, ou aqueles cujos nomes foram mudados oficialmente? Se for oferecida uma lista alternativa, que nomes são indicados como principais? Se os nomes mudaram, por quanto tempo devem os nomes antigos ser lembrados?

(HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 109)

1. Segundo a convicção do historiador Eric Hobsbawm, a denominação utilizada na geografia
 - (A) expõe-se na cartografia de modo a espelhar tão somente a realidade física do elemento identificado.
 - (B) traz consigo o risco de se tomar como nome objetivo uma identificação política ou ideológica.
 - (C) atende ao papel da natureza assumida como critério para uma localização histórica incontestável.
 - (D) tem a vantagem de se tornar uma referência histórica e espacial de caráter permanente.
 - (E) relativiza a importância dos fatos históricos na medida em que ocorre como simples descrição.

2. As *decisões políticas* que cabem aos cartógrafos impõem-se quando
 - (A) um acidente geográfico passa a apresentar novas configurações físicas.
 - (B) razões de caráter estético interferem no processo de nomeação.
 - (C) a nomeação que lhes cabe identificará um posicionamento em face da história.
 - (D) sua carreira científica acaba sendo influenciada por razões eleitorais.
 - (E) as escolhas técnicas encontram um ponto de equilíbrio imune às pressões sociais.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo do texto em:
 - (A) *um ar de espúria objetividade* = um aspecto de pretensa verdade
 - (B) *reino dos programas* = domínio das ciências
 - (C) *se fazem passar por fatos* = subestimam a potência do que é real
 - (D) *sabem com que frequência* = conhecem o quanto é raro
 - (E) *demarcações linguísticas* = atribuições da linguagem

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Postula o autor do texto de que a cartografia seja capaz de revelar equívocos à medida em que se nomeiam os seus objetos.
 - (B) Por conta de razões históricas acabam por nomear-se acidentes que deveriam ser adstritos à simples geografia dos mesmos.
 - (C) O fato de haver nomes simultâneos para os mesmos elementos cartográficos indicam por vezes a precariedade destas nomeações.
 - (D) É no decorrer da história aonde se verificam quão poucos objetivos são os critérios que se adotam nos princípios da cartografia.
 - (E) Em vários momentos da história, os cartógrafos sentem o peso de uma decisão política na hora de nomear os componentes de um mapa.

5. Ao se flexionar na **voz passiva**, a forma verbal atende às normas de **concordância** na frase:
 - (A) Ao se revelar no mapa, os nomes cartográficos sobrepõem-se por vezes à conformação natural daquilo que designa.
 - (B) Por mais que se determine os critérios de nomeação adotados pelos cartógrafos, nunca eles alcançarão uma plena objetividade.
 - (C) No momento em que são adotados pelo cartógrafo idôneo, o critério linguístico se mostra adequado na confecção dos mapas.
 - (D) Na medida em que se submetam a algum critério objetivo, as denominações de um mapa podem fazer muito sentido.
 - (E) Como deixar de se reconhecerem nas nomeações dos mapas a influência determinante de razões políticas e ideológicas?



6. É inteiramente adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O acesso a que se tem aos elementos de um mapa leva-nos a estranhar os nomes que os atribuem os cartógrafos.
 - (B) A cautela de que se reveste um historiador, diante das denominações de um mapa, justifica-se pelos critérios políticos que as influenciaram.
 - (C) A estranheza de cuja somos possuídos quando comparamos as denominações de um mapa está na multiplicidade de critérios que à elas se impõem.
 - (D) Há nos mapas limites geográficos dados enquanto naturais, quando de fato o que lhes determina é uma posição política.
 - (E) É nos tempos remotos em cujos se estabeleceram as denominações de um mapa que se pode encontrar uma justificativa para os mesmos.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[A harmonia natural em Rousseau]

A civilização foi vista por Jean-Jacques Rousseau (1713-1784) como responsável pela degeneração das exigências morais mais profundas da natureza humana e sua substituição pela cultura intelectual. A uniformidade artificial de comportamento, imposta pela sociedade às pessoas, leva-as a ignorar os deveres humanos e as necessidades naturais.

A vida do homem primitivo, ao contrário, seria feliz porque ele sabe viver de acordo com suas necessidades inatas. Ele é amplamente autossuficiente porque constrói sua existência no isolamento das florestas, satisfaz as necessidades de alimentação e sexo sem maiores dificuldades e não é atingido pela angústia diante da doença e da morte. As necessidades impostas pelo sentimento de autopreservação – presente em todos os momentos da vida primitiva e que impele o homem selvagem a ações agressivas – são contrabalançadas pelo inato sentimento que o impede de fazer mal aos outros desnecessariamente.

Desde suas origens, o homem natural, segundo Rousseau, é dotado de livre arbítrio e sentido de perfeição, mas o desenvolvimento pleno desses sentimentos só ocorre quando estabelecidas as primeiras comunidades locais, baseadas sobretudo no grupo familiar. Nesse período da evolução, o homem vive a idade do ouro, a meio caminho entre a brutalidade das etapas anteriores e a corrupção das sociedades civilizadas.

(Encarte, sem indicação de autoria, a **Jean-Jacques Rousseau – Os Pensadores**. Capítulo 34. São Paulo: Abril, 1973, p. 473)

7. Expõe-se no primeiro parágrafo do texto um aspecto importante do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, qual seja, o de que
- (A) os benefícios do processo civilizatório já demonstraram que podem conviver harmoniosamente com a satisfação dos impulsos naturais.
 - (B) a cultura intelectualizada, embora atenda plenamente as exigências da vida natural, acaba por interferir na formação do caráter humano.
 - (C) numa sociedade mais evoluída torna-se fatal certa uniformização dos comportamentos, o que ocorre também com as mais primitivas.
 - (D) as exigências morais de uma sociedade passam a ser atendidas quando esta impõe seus valores civilizados aos cidadãos mais responsáveis.
 - (E) o processo civilizatório implica um tipo de artificialismo que uniformiza os valores de comportamento e degrada a natureza humana.
8. No segundo parágrafo, o *homem primitivo* é caracterizado de modo a constituir
- (A) um exemplo de vida feliz, em virtude da harmonização com o meio, da satisfação das necessidades básicas e do espírito sereno diante da mortalidade.
 - (B) uma criatura mais feliz que o homem civilizado, embora compartilhe com este a mesma índole selvagem que leva a gratuitas violências.
 - (C) um parâmetro de conduta moral de alta elevação, em virtude do domínio das angústias que o afligem no momento da escolha de valores.
 - (D) um caso de felicidade conquistada no exercício constante de valores naturais, não se deixando afetar pelos modos aristocráticos que o assediam.
 - (E) um caso em que a autopreservação pessoal não hesita em contrariar as normas instituídas pela comunidade na qual se sente deslocado.



9. Deduz-se da leitura do terceiro parágrafo que
- (A) há uma oposição clara e irrecorrível entre o estágio da vida primitiva e o da vida civilizada.
 - (B) a *idade do ouro* é identificada como uma etapa transitória entre tipos de sociedade.
 - (C) o *livre arbítrio*, fragilizado nas sociedades civilizadas, tem muita expressão nas primitivas.
 - (D) a *corrupção das sociedades civilizadas* acaba sendo um reflexo dos maus hábitos primitivos.
 - (E) ocorre uma clara incompatibilidade, no período da evolução humana, entre primitivos e civilizados.

10. *A vida do homem primitivo seria mais feliz que a dos civilizados porque ele sabe viver de acordo com suas necessidades inatas.*

Uma nova redação da frase acima, em que se respeitem sua clareza, seu sentido básico e sua correção, poderá ser:

- (A) Apesar de nutrir sentimentos inatos, a vida dos homens primitivos, comparativamente a dos civilizados, torna-se mais feliz.
- (B) As necessidades primitivas do homem tornam-lhe mais feliz que a dos civilizados quando passam a atender suas forças inatas.
- (C) Tendo por parâmetro o atendimento às necessidades naturais, o homem primitivo desfruta de uma condição de felicidade superior à do civilizado.
- (D) Para atender a suas necessidades primitivas, o homem natural tem uma vida sobre a qual agrega mais sentimentos de felicidade que os demais.
- (E) Os civilizados não levam uma vida proporcionalmente mais feliz que os primitivos pelo fato de não terem atendido as necessidades que dispõem para viver.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Em uma empresa, dentre as pessoas que utilizam bicicleta como principal meio de transporte, 32% são homens e 204 são mulheres. Nessa empresa, 60% dos homens e 50% das mulheres não usam bicicleta como o principal meio de transporte. O total de pessoas nessa empresa é igual a:
- (A) 600.
 - (B) 648.
 - (C) 792.
 - (D) 744.
 - (E) 696.
12. Lucas e Estela colecionam miniaturas de carrinhos e a razão entre o número de carrinhos de Lucas e o número de carrinhos de Estela é $\frac{3}{5}$. Se Lucas der 12 carrinhos para Estela, ela passará a ter o triplo do número de carrinhos de Lucas. Eles têm, juntos, um total de carrinhos igual a:
- (A) 88.
 - (B) 84.
 - (C) 80.
 - (D) 92.
 - (E) 96.



13. Observando o padrão de formação da sequência infinita (2, 1, 3, 1, 1, 4, 1, 1, 1, 5, 1, 1, 1, 1, 6, ...), nota-se que os termos iguais a 1 aparecem nas posições 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, e assim por diante. A 300ª vez em que o termo igual a 1 aparece nessa sequência está na posição
- (A) 342.
(B) 330.
(C) 336.
(D) 324.
(E) 348.

14. Beatriz, Érica, Juliana e Natália têm idades de 20 a 22 anos, e sabem as idades umas das outras. Em um treinamento de teatro, as meninas que tinham idade ímpar deveriam sempre falar a verdade e as meninas que tinham idade par deveriam sempre mentir. Nesse treinamento elas tiveram o seguinte diálogo:

Beatriz: *Eu tenho 20 anos.*

Érica: *Nenhuma de nós tem 21 anos.*

Juliana: *A soma das idades de Érica e Natália é igual a 41 anos.*

Natália: *A soma da minha idade com a idade de Juliana é igual a 42 anos.*

Beatriz: *Érica tem 21 anos.*

A somas das idades, em anos, de Beatriz, Érica, Juliana e Natália é igual a:

- (A) 83.
(B) 82.
(C) 81.
(D) 84.
(E) 85.

Noções de Informática

15. Na sua configuração padrão, muitos servidores de *e-mail* vêm com o *relay* aberto, permitindo que eles sejam usados para enviar mensagens de e para qualquer rede ou domínio, independente dos endereços envolvidos serem da rede da organização ou não. Estes servidores são amplamente explorados para envio de SPAM.

Diversas redes bloqueiam a recepção de mensagens a partir de servidores que tenham sido ou estejam sendo usados para envio de SPAM, fazendo com que usuários do servidor com *relay* aberto não possam enviar mensagens a usuários dessas redes.

Para resolver este problema de *relay* aberto, deve-se configurar estes servidores corretamente. A configuração adequada deve permitir apenas:

- envio de mensagens com endereço de origem local e endereço de destino local ou externo;
- recepção de mensagens com endereço de origem local ou externo e endereço de destino local.

Tratam-se de servidores:

- (A) UDP – *User Datagram Protocol.*
(B) ARP – *Address Resolution Protocol.*
(C) SMTP – *Simple Mail Transfer Protocol.*
(D) ICMP – *Internet Control Mail Protocol.*
(E) DNS – *Domain Name Service.*



16. Um usuário selecionou um trecho de texto em um *site* usando o navegador Google Chrome e, para acessar a janela onde será possível imprimir somente o trecho selecionado, ele deverá:
- (A) clicar com o botão direito do mouse sobre o trecho e selecionar a opção *Imprimir...*
 - (B) pressionar a combinação de teclas *CTRL + ALT + P*.
 - (C) clicar no menu *Imprimir* e na opção *Imprimir seleção*.
 - (D) clicar com o botão esquerdo do mouse sobre o trecho e selecionar a opção *Enviar para Impressora*.
 - (E) pressionar a combinação de teclas *SHIFT + P*.
-
17. Uma Analista estava editando um texto no Microsoft Word 2010, em português, e precisou traduzir a expressão *Processo Judicial* para o inglês. Para isso ela escolheu a opção *Tradução*, selecionando na caixa *Para*, a opção *Inglês (EUA)*. Em condições ideais, este recurso é acessado através da guia:
- (A) *Referências* > *Tradução para outras línguas*.
 - (B) *Página Inicial* > *Dicionário Internacional*.
 - (C) *Revisão* > *Dicionário Internacional*.
 - (D) *Referências* > *Referências Internacionais*.
 - (E) *Revisão* > *Dicionário de Sinônimos (ou Pesquisar)*.
-

História e Geografia do Estado do Maranhão

18. Considere as afirmações a seguir sobre a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, criada em 1755.
- I. Possuía o monopólio do comércio de escravos e o transporte naval de mercadorias para estas regiões.
 - II. Enfrentou forte resistência da Companhia de Jesus, que explorava comercialmente a região amazônica.
 - III. Criada pelos ingleses para controlar o comércio interno da Região Amazônica, a Companhia obteve amplo apoio dos comerciantes locais que puderam ter acesso a novas mercadorias.
 - IV. Foi criada no contexto das reformas administrativas e políticas do Império Português sob o comando do Marquês de Pombal, a fim de desenvolver economicamente a região.

Está correto o que se afirma APENAS em

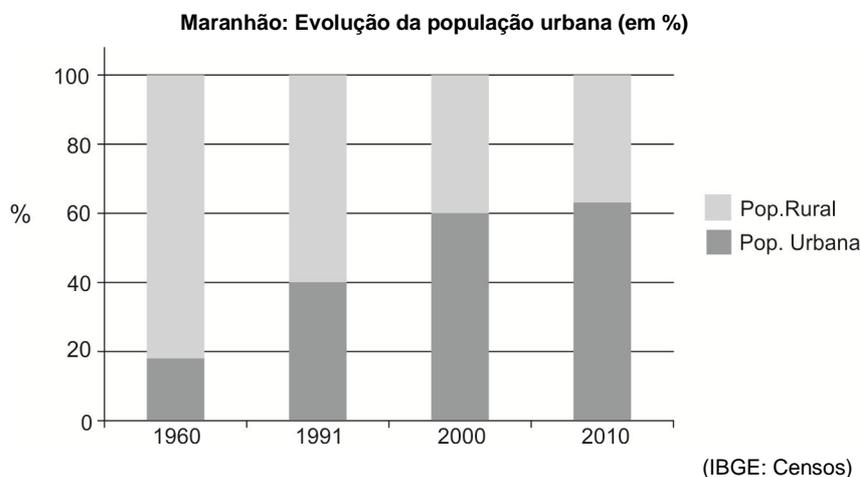
- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e IV.
-
19. A Batalha do Jenipapo e o Cerco de Caxias são episódios que impactaram a história do Maranhão e se situam na conjuntura da
- (A) Guerra de Independência ocorrida no Meio-Norte da América Portuguesa, território que não aderiu prontamente ao Império do Brasil, dada a forte presença militar e comercial portuguesa na região.
 - (B) Balaiada, caracterizada como uma revolta republicana que contou com a adesão de diversos setores sociais, contra o Império do Brasil, então dominado pela Casa de Bragança e pela Corte Portuguesa.
 - (C) Cabanagem, movimento de amplas dimensões que se originou no Grão-Pará e alcançou o Maranhão, marcado por grande participação popular, incluindo indígenas, quilombolas e escravos.
 - (D) Revolta de Bequimão, desencadeada pela reação de fazendeiros e donos de engenho contra o monopólio das companhias de comércio portuguesas.
 - (E) Guerra de combate à Invasão Holandesa, que resultou na vitória das forças nativistas luso-brasileiras após a expulsão das tropas de Maurício de Nassau.
-



20. Entre as consequências do governo de Miguel dos Santos Freire e Bruce (1823-1824), que se seguiu à adesão oficial do Maranhão ao Império do Brasil, destaca-se
- (A) o desencadeamento da repressão às classes populares que queriam continuar fiéis a Portugal, ao contrário das elites comerciantes luso-brasileiras e donos de latifúndios, partidários da adesão ao Império do Brasil.
 - (B) a divisão da sociedade entre monarquistas e republicanos e a adesão formal do Maranhão à Confederação do Equador, que visava separar politicamente o Norte do Império do Brasil, constituindo uma República independente.
 - (C) a abolição da escravidão na Província, causando a ruptura das elites escravocratas com o chamado "brucismo", que apoiava a emancipação dos escravos e a reforma agrária como forma de modernizar a região.
 - (D) o estabelecimento de um pacto de união entre portugueses comerciantes e brasileiros latifundiários, articulado pelo governo da Província, para excluir as classes populares da cena política.
 - (E) o acirramento das tensões sociais e políticas na Província, em função do medo e da insatisfação das elites diante da postura antilusitana desse governo e sua condescendência com manifestações populares contra proprietários portugueses.

21. A bacia hidrográfica do rio Mearim, com aproximadamente 99.000 km², está totalmente inserida no território do Estado do Maranhão. Sobre ela é correto afirmar que
- (A) seu rio principal tem suas nascentes nas encostas setentrionais da Serra da Menina, em altitudes de 400 a 500 m aproximadamente, e seu curso total é de cerca de 930 km.
 - (B) o rio Mearim nasce nas elevações que formam o divisor entre as bacias hidrográficas dos rios Pindaré e Tocantins e deságua na baía de São Marcos depois de percorrer cerca de 870 km.
 - (C) abrange 73 municípios, dos quais 30 têm todo o seu território no interior da bacia e os demais municípios têm a sua sede situada no interior de outras bacias.
 - (D) apresenta as maiores concentrações demográficas na porção sul, onde ocorrem densidades que variam entre 20 e 35 hab/km², situação diferente do que ocorre na porção norte.
 - (E) ocupa, no sul e sudeste, extensa área de planaltos e serras cristalinas e nas porções central e setentrional ocupa áreas de depressões e planícies cujas altitudes variam entre 100 e 200 metros.

22. Considere o gráfico e as afirmações a seguir.



- I. No período entre 1960 e 2010, o número de municípios no estado cresceu mais de 100%, totalizando 217; no entanto, apenas 10 municípios concentram 1/3 da população maranhense.
- II. A criação da região metropolitana de São Luís, no início da década de 1990, deu forte impulso à urbanização do estado e, em 2017, a Grande São Luís tornou-se a terceira região metropolitana do Nordeste.
- III. Nas últimas décadas, o êxodo rural e o avanço da tecnologia no campo tiveram forte impacto sobre a redução da população rural e, conseqüentemente, sobre o total de trabalhadores rurais no estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.



23. Considere o mapa e os textos a seguir.



(Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>)

- I. Com 52 municípios, produziu 21,1% do PIB do estado em 2015, concentrando 17,4% do mercado de trabalho formal estadual. Revela maior predominância nas atividades econômicas da indústria, com peso da construção civil e da indústria de transformação, agregada à produção de papel e celulose. Cabe notar o destaque da formação de riqueza gerada no município que participa com 7,6% do PIB Estadual, sediando o parque fabril da empresa Suzano Papel e Celulose.
- II. A Mesorregião participou com 8,7% do PIB estadual em 2015. Embora composta por 19 municípios e com pouco mais de 5,3% do emprego formal do estado, a Mesorregião apresenta o maior PIB per capita maranhense, influenciado pelo complexo soja-milho e algodão, e o menor contingente populacional, com 4,7% da população do estado.

Os textos I e II descrevem, respectivamente, as mesorregiões

- (A) 4 e 3.
- (B) 2 e 1.
- (C) 1 e 5.
- (D) 4 e 5.
- (E) 2 e 4.

Organização Judiciária Estadual

24. Segundo dispõe o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, o juiz de paz é
- (A) eleito pelo voto direto, para mandato de 4 anos, entre candidatos dos quais não se exige formação em ensino superior nem experiência prévia na celebração civil de casamentos.
 - (B) escolhido por meio de concurso interno entre funcionários da serventia extrajudicial de registro civil com 5 anos ou mais de experiência em processos de habilitação para o casamento.
 - (C) escolhido pelo juiz de Direito, diretor do fórum, entre os três servidores mais antigos das serventias judiciais e extrajudiciais da comarca que manifestem interesse no exercício do cargo, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias.
 - (D) escolhido por meio de processo seletivo presidido pela autoridade judiciária dentre cidadãos de notória idoneidade moral para exercício da função, que é considerada de interesse público relevante e não remunerada.
 - (E) selecionado pelo Tribunal de Justiça, dentre candidatos com formação superior em Direito, por meio de concurso de provas e títulos, para exercício da função de forma vitalícia e remunerada.
25. Conforme regra expressa do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, têm competência para aplicação das penalidades disciplinares ao servidor do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça, o presidente do Tribunal, o Corregedor-Geral da Justiça e os juízes perante os quais servirem ou a quem estiverem subordinados os servidores, observada a seguinte regra:
- (A) os juízes não poderão aplicar a pena de suspensão.
 - (B) cabe exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça a aplicação da pena de demissão de servidor do quadro efetivo.
 - (C) somente o presidente do Tribunal e o Corregedor-Geral da Justiça poderão aplicar aos servidores a pena de remoção compulsória.
 - (D) ao Tribunal cabe, em reexame necessário, ratificar ou reformar as decisões que apliquem ao servidor a pena de suspensão superior a 30 dias com prejuízo de seus vencimentos.
 - (E) cabe ao presidente do Tribunal a demissão dos servidores em exercício de cargo em comissão independentemente de qualquer procedimento administrativo.



26. Um adolescente, cumprindo internação na Fundação da Criança e do Adolescente-Funac pela prática de ato infracional, impetra *habeas corpus* contra a decisão do juiz de Direito que lhe aplicou a medida. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a competência para processar e julgar o pedido é
- (A) da Câmara Especial.
 - (B) das Câmaras Isoladas Cíveis.
 - (C) das Câmaras Isoladas Criminais.
 - (D) das Câmaras Criminais Reunidas.
 - (E) das Câmaras Cíveis Reunidas.
-
27. Aos Oficiais de Justiça, conforme dispõe o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão,
- (A) incumbe comparecer, diariamente, ao fórum, e lá permanecer até quando for necessário.
 - (B) é vedado o cumprimento de mandados de prisão sem o apoio de força policial.
 - (C) incumbe fazer pessoalmente as diligências a ele atribuídas, facultada a utilização de meios epistolares ou telefônicos sempre que necessários.
 - (D) é vedado o cumprimento dos mandados de qualquer natureza quando fora do prazo assinado pela autoridade judiciária.
 - (E) garante-se prioridade na utilização de veículos oficiais de serviço para cumprimento de suas diligências.
-
28. Sobre a divisão judiciária, para os efeitos da administração da Justiça Comum, segundo disciplinado no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, é correto afirmar que
- (A) as comarcas de primeira entrância são definidas como aquelas sediadas em municípios com menos de 50 mil habitantes.
 - (B) a zona judiciária se define como o grupo de comarcas abrangidas na circunscrição territorial de cada uma das 32 Regiões Administrativas de Planejamento do Estado do Maranhão.
 - (C) cada município do Estado corresponde a um termo judiciário.
 - (D) os juízos distritais constituem subdivisões das comarcas de maior extensão territorial com competência restrita a casos de menor complexidade.
 - (E) as comarcas de entrância especial são assim classificadas considerando o contingente de eleitores da cidade-sede e a diversidade de suas atribuições e competências.
-

Direitos das Pessoas com Deficiência

29. Constitui atendimento prioritário previsto expressamente no Estatuto da Pessoa com Deficiência:
- (A) Ser atendido em instituições bancárias dentro do período máximo de quinze minutos.
 - (B) Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
 - (C) Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento mais vantajoso em relação às demais pessoas.
 - (D) Receber condição preferencial quando contratar com o Poder Público.
 - (E) Receber, sem qualquer custo pessoal, auxílio de cão guia.
-
30. Considerando o direito à igualdade de oportunidades e o direito à não discriminação, é correto afirmar que a pessoa com deficiência
- (A) não sofrerá limitação aos seus direitos sexuais, mas não conservará amplamente seus direitos reprodutivos.
 - (B) não será necessariamente curatelada, mas não poderá ser curadora de outra pessoa.
 - (C) poderá casar-se, mas não lhe será reconhecida união estável.
 - (D) será contemplada com ações afirmativas, mas não está obrigada à fruição de benefícios delas decorrentes.
 - (E) poderá ser adotada, mas não poderá adotar.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

31. Um ente público que se encontra em grave situação financeiro-orçamentária está promovendo a reestruturação de suas atividades, a fim de identificar oportunidades de redução de despesas. A Secretaria de Cultura do ente administra alguns equipamentos públicos de grande relevância, os quais, embora tenham bom histórico de visitação, representam parcela significativa do custeio do órgão. Vislumbra, assim, oportunidade e necessidade de otimizar e dinamizar a gestão desses equipamentos, o que, de acordo com a legislação em vigor, pode se dar por meio de
- (A) celebração de contrato de gestão com pessoa jurídica de direito privado qualificada como organização social, com estabelecimento de metas para prestação e melhoria dos serviços.
 - (B) celebração de convênio com entidades do terceiro setor, estabelecendo remuneração paga pelo poder público pela prestação dos serviços públicos a serem explorados.
 - (C) formalização de contrato de permissão de serviço público, cabendo à empresa contratada extrair remuneração exclusivamente da exploração da própria atividade.
 - (D) contratação de prestação de serviços de administração e operação do equipamento público, com base na Lei nº 8.666/93, hipótese expressa de inexigibilidade de licitação.
 - (E) formalização de contrato de gestão com pessoas jurídicas de direito privado para exploração econômica do equipamento público em regime lucrativo.
-
32. O conceito de subordinação, na Administração pública, está diretamente ligado
- (A) ao vínculo funcional entre o agente público e a Administração pública, posto que somente a relação de emprego pressupõe subordinação e vinculação.
 - (B) à noção de poder normativo, posto que este é exercido pela autoridade mediante a edição de atos destinados a instituir deveres e obrigações aos servidores que lhe são subordinados.
 - (C) ao poder disciplinar, cujo exercício é restrito aos servidores titulares de cargo efetivo e diz respeito à correção de infrações disciplinares.
 - (D) aos servidores não ocupantes de cargos efetivos, posto que estes são dotados de autonomia no exercício de suas funções, não podendo sofrer ingerências externas.
 - (E) à hierarquia que informa a organização administrativa, dela decorrendo o poder disciplinar no que se refere a apurar e impor sanções pela prática de infrações administrativas pelos servidores.
-
33. Dentre as espécies de atos administrativos, os
- (A) ordinatórios instituem obrigações e limitações aos administrados em geral.
 - (B) punitivos destinam-se exclusivamente aos servidores do ente que os pratica, veiculando imposição de sanção administrativa em decorrência da prática de infração funcional.
 - (C) normativos têm caráter geral e abstrato, instituindo obrigações e deveres aos administrados em caráter originário, diante de lacunas legais.
 - (D) enunciativos elencam direitos e deveres dos administrados em caráter geral e abstrato, desprovidos de caráter inovador do ordenamento jurídico.
 - (E) negociais veiculam manifestação de vontade do Poder Público, podendo ser unilaterais ou bilaterais.
-
34. O tombamento imposto a bens imóveis visa, dentre outras finalidades previstas na legislação em vigor, a
- (A) preservação do patrimônio cultural, podendo o ato instituidor abranger transferência da propriedade ao ente público.
 - (B) estabilização da titularidade do imóvel, que passa a ser do poder público que instituiu a restrição, não mais podendo ser transferido a terceiros.
 - (C) tutela do patrimônio cultural, impondo restrições à transformação e ao uso do bem imóvel, independentemente de sua titularidade ser pública ou privada.
 - (D) substituir a desapropriação como modalidade de intervenção na propriedade privada, na medida em que alcança a mesma finalidade, sem a necessidade de onerar o poder público com a aquisição da propriedade.
 - (E) proteção do patrimônio cultural, restrita sua incidência a imóveis públicos, considerando que os bens privados devem ser objeto de desapropriação para a mesma finalidade.
-
35. Na amplitude da abrangência das funções exercidas pelo Executivo, a possibilidade de arguição de culpa de terceiro se mostra possível
- (A) pelo ente público demandado com fundamento em responsabilidade objetiva pura, a fim de indenizar aquele que tenha sofrido danos.
 - (B) nos casos em que o poder público figure no polo passivo de demanda de ressarcimento de danos, independentemente da modalidade de responsabilização que lhe seja imposta.
 - (C) diante de dedução de pleito indenizatório com fundamento em responsabilidade objetiva decorrente de acidente de trânsito, pela quebra do nexo de causalidade.
 - (D) nos casos de responsabilidade subjetiva dos entes públicos, porque demandam prova de culpa ou dolo do agente público, não se aplicando essa lógica para as concessionárias de serviço público, sempre sujeitas à responsabilidade objetiva.
 - (E) desde que haja concorrência com culpa da vítima, o que excluiria o nexo de causalidade capaz de imputar responsabilidade civil objetiva aos entes públicos.



36. Convênios e contratos são ajustes que podem ser celebrados pela Administração pública,
- (A) mediante prévio procedimento licitatório ou de reconhecimento de dispensa ou inexigibilidade, salvo se forem firmados entre entes da mesma esfera da Administração pública.
 - (B) sendo os convênios destinados a formalizar relação entre entes da Administração direta ou indireta.
 - (C) mediante remuneração prevista pela execução dos serviços, restritos os convênios, no entanto, a controle externo judicial.
 - (D) não apenas com órgãos e entes públicos, mas também com pessoas jurídicas de direito privado, a exemplo de empresas, evidenciando-se, no caso dos convênios, uma identidade de objetivo entre os participantes, ainda que tenham atribuições distintas.
 - (E) sempre que o interesse público se fizer presente, havendo, no caso dos convênios, genuína convergência de interesses, o que não afasta a necessidade de realização de processo de licitação.
-
37. Um professor da rede pública de ensino de determinado ente subtraiu material de escritório destinado e armazenado na unidade escolar, para destiná-lo a uma instituição sem fins lucrativos atuante na área de educação e da qual é membro integrante formalmente. Diante da descrição dos fatos, o professor
- (A) poderá responder apenas por infração disciplinar, não se admitindo imputação de ato de improbidade, tendo em vista que não houve locupletamento ilícito por parte do servidor.
 - (B) deverá repor os materiais subtraídos, sem consequências administrativas, civis ou criminais, considerando que a finalidade do ato era assistencial e aderente às atividades desenvolvidas na escola.
 - (C) poderá responder por ato de improbidade, ainda que não tenha sido verificado enriquecimento ilícito, sem prejuízo da possível imputação de infração disciplinar e criminal, dada a independência de instâncias.
 - (D) não se submete à esfera de improbidade, pois a tipificação do conceito de agente público, para essa finalidade, demandaria que o servidor ocupasse cargo formal de direção ou tivesse efetivamente poderes de direção.
 - (E) será responsabilizado nas esferas administrativa e civil, considerando que a tipificação das modalidades de ato de improbidade não depende da comprovação de dolo por parte do servidor.
-
38. A atuação da Administração pública está sujeita a controle interno e externo, sob diversos aspectos. O controle dos atos e medidas praticados pela Administração no exercício do poder de polícia
- (A) limita-se ao controle judicial, sob o prisma da legalidade e do mérito, na medida em que se trata de atuação instituidora de limitações individuais.
 - (B) envolve verificação, pelo Poder Judiciário, do cumprimento de garantias individuais, a exemplo do princípio da ampla defesa e do contraditório, ainda que sejam diferidos em situações de urgência.
 - (C) restringe-se à revisão pela própria Administração para fins de anulação, diante de vício de legalidade, não admitindo juízo discricionário para revogação.
 - (D) pode ser exercido pelo Legislativo, considerando que inexistente margem de discricionariedade na atuação de polícia da Administração, que deve seguir os termos expressos da lei.
 - (E) dá-se em caráter excepcional, em razão da discricionariedade inerente a toda atuação de polícia administrativa, que está lastreada no poder normativo originário da Administração pública.
-

Direito Constitucional

39. Segundo a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,
- (A) é livre a manifestação do pensamento, ainda que exercida sob o anonimato.
 - (B) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja prévia licença do Poder Público.
 - (C) é inconstitucional fixar cotas em universidades para alunos que sejam egressos de escolas públicas, por ofensa ao princípio da igualdade.
 - (D) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
 - (E) é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
-



40. Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:
- I. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
 - II. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
 - III. Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - V. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III, IV e V.
-
41. Considere que em determinado Estado da federação tenha sido promulgada lei ordinária, de iniciativa de Deputado Estadual, determinando que os agentes públicos, no exercício da função de fiscalização de trânsito, somente poderiam efetuar notificação a infrator nos casos e sob as condições especificadas no texto, não constantes de lei federal. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, tal lei é
- (A) constitucional, uma vez que cuida de matéria de competência legislativa própria do Estado, haja vista o interesse regional do tema.
 - (B) inconstitucional, pois a iniciativa do projeto de lei caberia ao chefe do Executivo local.
 - (C) inconstitucional, na medida em que inexistia autorização em lei complementar federal para que Estados legissem sobre questões específicas em trânsito e transporte, que é matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (D) inconstitucional, pois a matéria deveria ter sido tratada por lei complementar, embora seja de competência do Estado.
 - (E) constitucional, desde que vise a atender às peculiaridades do Estado, pois versa sobre matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados e Distrito Federal.

-
42. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Poder Legislativo,
- (A) os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
 - (B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
 - (C) compete privativamente ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (D) compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (E) os Deputados e Senadores são invioláveis penal, mas não civilmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

-
43. É admissível, à luz da Constituição Federal, que medida provisória disponha sobre

- (A) a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.
- (B) finanças públicas.
- (C) concessão de garantias pelas entidades públicas.
- (D) majoração de impostos.
- (E) emissão e resgate de títulos da dívida pública.

-
44. Acerca do que disciplina a Constituição Federal sobre o Poder Executivo,

- (A) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- (B) vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do período presidencial, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.
- (C) ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, por votação popular, na forma da lei.
- (D) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.
- (E) será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.



45. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca das funções essenciais à justiça,
- (A) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (B) a atuação do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade é obrigatória para se defender a presunção de constitucionalidade da norma impugnada, na qualidade de curador da lei.
 - (C) o Ministério Público Federal é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
 - (D) é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
 - (E) a Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
-
46. Acerca do que estabelece a Constituição Federal relativamente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ),
- (A) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNJ.
 - (B) o CNJ será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
 - (D) compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar os membros do CNJ nos crimes de responsabilidade.
 - (E) o CNJ compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
-

Direito Civil

47. Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar:
- (A) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, salvo se encontrar-se com risco de vida.
 - (B) É válida, com objetivo científico, apenas, a disposição gratuita do próprio corpo, desde que no todo, para depois da morte.
 - (C) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
 - (D) Como regra, os direitos da personalidade são irrenunciáveis mas transmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - (E) Quando se tratar de morto, lesões a direito da personalidade podem ser reclamadas, pleiteando-se perdas e danos, pelo cônjuge sobrevivente ou por qualquer parente até o segundo grau.
-
48. Em relação aos negócios jurídicos, é correto afirmar:
- (A) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
 - (B) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
 - (C) Os poderes de representação conferem-se exclusivamente por lei.
 - (D) Em qualquer hipótese, a manifestação de vontade não subsiste se o seu autor houver feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
 - (E) Como regra geral, o silêncio importa anuência, sendo ou não necessária a declaração de vontade expressa.
-
49. Em relação à prescrição, considere:
- I. Por implicar perda de direito, a renúncia da prescrição só pode ser expressa, vedada a renúncia tácita.
 - II. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
 - III. Os prazos da prescrição, por se tratar de direitos disponíveis, podem ser alterados por acordo das partes.
 - IV. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-



50. Segundo o Código Civil, a transação

- (A) não admite a pena convencional ao ser celebrada.
- (B) interpreta-se restritivamente e por ela transmitem-se, declaram-se e reconhecem-se direitos.
- (C) permite-se em relação a direitos patrimoniais de caráter público ou privado.
- (D) não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, ainda que diga respeito a coisa indivisível.
- (E) só se anula por dolo ou por erro essencial quanto à pessoa.

Direito Processual Civil

51. Tatiana ajuíza ação indenizatória em face da empresa de Telefonia Alô, pleiteando R\$ 5.000,00 a título de danos morais, por ter a ré negativado seu nome indevidamente. A demanda é julgada procedente e o juiz concede R\$ 15.000,00 como indenização moral. Nesse caso, terá sido ferido o princípio da

- (A) adstrição ou congruência.
- (B) eventualidade.
- (C) proporcionalidade ou razoabilidade.
- (D) imparcialidade.
- (E) isonomia ou igualdade.

52. Quanto às providências preliminares e ao saneamento do processo, é correto afirmar:

- (A) Se o réu não contestar a ação, o juiz deverá, em qualquer hipótese, aplicar o efeito da revelia e julgar de imediato a lide.
- (B) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- (C) Ao réu revel será possível ingressar no processo em qualquer tempo, desde que não proferida sentença, hipótese na qual terá precluído essa possibilidade.
- (D) Verificando a existência de irregularidades ou vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a quinze dias.
- (E) Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz obrigatoriamente saneará o processo, delimitando os fatos sobre os quais recairá a produção de prova.

53. No que se refere aos recursos, é correto afirmar:

- (A) Não cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas no processo de inventário, por se tratar de procedimento especial não sujeito a decisões de mérito.
- (B) Na apelação, as questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, são cobertas pela preclusão e não podem mais ser suscitadas.
- (C) O agravo interno será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta.
- (D) Os embargos de declaração em nenhum caso admitem decisão com efeitos infringentes.
- (E) O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos constitucionalmente previstos, serão interpostos na atual sistemática processual por petição única para maior celeridade e otimização.

Direito Penal

54. Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre os crimes contra o patrimônio,

- (A) tanto o crime de roubo quanto o de furto, para a sua consumação, não precisam que a posse da coisa furtada ou roubada seja mansa, pacífica ou desvigiada.
- (B) o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, constitui, em tese, o crime de roubo qualificado.
- (C) apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção, configura, em tese, o crime de furto de coisa comum.
- (D) no caso do agente que praticar o crime de furto contra o cônjuge, na constância da sociedade conjugal, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- (E) no crime de estelionato, não é possível que o sujeito passivo seja pessoa jurídica de direito público, já que somente pessoas físicas podem ser sujeitos passivos desse crime.



55. Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre o concurso de pessoas,
- (A) se a participação no crime for de menor importância, isenta o agente da pena.
 - (B) a pena imposta aos autores do crime será a mesma, independentemente de um dos concorrentes participar de crime menos grave.
 - (C) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda quando elementares do crime.
 - (D) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.
 - (E) para caracterizar o concurso, basta que duas ou mais pessoas concorram para a prática delituosa, não sendo necessária a identificação dos corréus.
-
56. O funcionário público que
- (A) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, pratica, em tese, o crime de advocacia administrativa.
 - (B) solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, pratica, em tese, o crime de corrupção ativa.
 - (C) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, pratica, em tese, o crime de condescendência criminosa.
 - (D) deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, pratica, em tese, o crime de condescendência criminosa.
 - (E) se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, pratica, em tese, o crime de concussão.
-
57. Segundo o que dispõe a legislação nacional acerca dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990),
- (A) o feminicídio não consta do rol dos crimes hediondos.
 - (B) o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável é hediondo.
 - (C) o crime de corrupção é definido como hediondo de acordo com o ordenamento jurídico.
 - (D) o delito de exposição a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial ou aérea é hediondo, conforme o Código Penal.
 - (E) o crime de lesão corporal dolosa, em nenhuma de suas modalidades, é, para efeito da lei brasileira, hediondo.

Direito Processual Penal

58. Sobre a competência no processo penal é correto afirmar:
- (A) Será determinada, de regra, pelo domicílio ou residência do réu.
 - (B) É vedado ao Tribunal do Júri o julgamento de crimes patrimoniais.
 - (C) Será determinada pela conexão quando a prova de uma infração influir na prova de outra.
 - (D) No concurso entre a jurisdição comum e a militar, prevalece a última para o processamento conjunto e unitário.
 - (E) É determinada pela continência quando houver mais de um juiz igualmente competente para o caso.
-
59. Conforme dispõe o Código de Processo Penal brasileiro, a citação
- (A) da vítima completará a formação do processo.
 - (B) será por edital, caso o réu esteja preso.
 - (C) será dispensada, caso o réu resida em área de risco.
 - (D) salvo agendamento por hora certa, a da vítima e a da testemunha, ocorrerão por edital.
 - (E) do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
-
60. O recurso em sentido estrito é cabível em face de
- (A) acórdão que denegar recurso extraordinário.
 - (B) deferimento de livramento condicional ou de remição de pena.
 - (C) sentença penal condenatória por crime patrimonial.
 - (D) sentença que pronuncie o réu.
 - (E) despacho do Delegado de Polícia que determinar a acareação.



PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

Via @carla_gabola

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.3 A **Prova Discursiva – Estudo de Caso** destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade. 10.4 A **Prova Discursiva – Estudo de Caso** constará de 01 (uma) questão prática, para o qual o candidato deverá apresentar, por escrito, a solução. O tema versará sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo III deste Edital, adequado à atribuição do cargo para o qual o candidato se inscreveu. 10.5 A **Prova Discursiva – Estudo de Caso** terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 6 (seis). 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva – Estudo de Caso** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.7 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.7.1 fugir ao tema proposto; 10.7.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.7.3 for assinada fora do local apropriado; 10.7.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.7.5 estiver em branco; 10.7.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.7.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.8 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 10.9 Na **Prova Discursiva – Estudo de Caso**, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.10 O campo reservado para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva – Estudo de Caso** pela Banca Examinadora. 10.11 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da **Prova Discursiva – Estudo de Caso**.

QUESTÃO DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

Norma, casada com Jurandir há mais de 15 (quinze) anos, descobriu ser portadora do vírus HIV. Abalada com sua condição, confrontou Jurandir, que assumiu tanto seu comportamento promíscuo quanto a ciência de estar infectado há mais de dois anos – período em que assumiu deliberadamente comportamento temerário. Os filhos em comum estavam presentes no momento da revelação. Buscando socorrer-se ao Judiciário, Norma e seus filhos foram orientados a ajuizar demanda cível em face de Jurandir.

Pede-se, à luz das normas legais e da jurisprudência do STJ, fundamentadamente:

- a. A identificação do tipo de ação a ser proposta.
- b. A natureza da responsabilidade de Jurandir, a identificação de sua conduta e os pressupostos para sua responsabilização.
- c. A espécie de condenação e sua extensão.
- d. Os acréscimos legais pleiteados, decorrentes da condenação.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	



18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO